



Retrospectiva da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)

Grupo de Estudos de Defesa e Forças Armadas (GEDES)
Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas

Bruna Carolina da Silva Souto
Gabriela Fideles Silva
Guilherme Coscrato Rasquini
Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira
Leonardo Dias de Paula
Matheus Bittencourt de Amorim
Natália Rodrigues Germano
Solano Pereira d'Oliveira
Sophia Teixeira e Souza
Stephanie Loli Silva





O Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas, coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre, é um projeto conjunto de grupos acadêmicos que se dedicam ao estudo da temática da Defesa e das Forças Armadas na América do Sul. Semanalmente, produzimos informes relacionados ao tema, com base em notícias publicadas nos principais jornais, e divulgamos em nossa página do Facebook e via e-mail.

O Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) é responsável pelo Informe Brasil, elaborado por estudantes de graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP-campus Franca) e de pós-graduação do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP/UNICAMP/PUC-SP).

Nesta edição especial do Informe Brasil, retratamos os principais desdobramentos da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que encerrou oficialmente suas atividades em 15/10/2017. A MINUSTAH foi autorizada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) em 30/04/2004, recebendo o respaldo do Capítulo VII da Carta da ONU para perseguir os objetivos de garantir um ambiente seguro e estável no Haiti, apoiar o processo político e constitucional, e observar os direitos humanos. O Brasil assumiu posição de destaque na missão, liderando sua Força Militar.

Dos temas reportados pelos jornais brasileiros sobre a MINUSTAH, resgatamos aqui, dentre outros, os períodos de eleições gerais, as catástrofes naturais e a ocupação do Exército Brasileiro nas comunidades do Haiti e seus desdobramentos nas ações de pacificação no Rio de Janeiro.

Em nossos informes, buscamos conferir uma linguagem acadêmica aos fatos reportados pelos periódicos. Neste especial sobre a MINUSTAH, lançamos um olhar crítico sobre as notícias, a partir do trabalho dos estudantes da graduação que assinam os resumos.

Para além de nossos esforços, convidamos o leitor a aproveitar as notícias cuidadosamente selecionadas para alimentar suas pesquisas sobre o tema, e encorajamos a todos que queiram compartilhar conosco os frutos de vossos trabalhos.

Boa leitura!

Página do Observatório no Facebook: www.facebook.com/observatoriodedefesa
Site: <http://unesp.br/gedes/produtos/101/observatorio-sudamericano-de-defensa-y-fuerzas-armadas>

Para receber os informes semanalmente via e-mail, solicite pelo seguinte endereço:
gedes@franca.unesp.br

A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI: UMA ALTERNATIVA PARA A SUCESSÃO DE CRISES?

Por Gabriela Fideles Silva e Leonardo Dias de Paula

O ano de 2004 na sociedade haitiana foi marcado por uma nova intervenção internacional, decorrente da crise política na porção oeste da Ilha Hispaniola. O presidente da República do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, um dos protagonistas da intervenção realizada ao longo da década de 1990, foi deposto em 29/02/04 após a escalada do uso da violência por manifestantes contrários a seu governo. Com o intuito de solucionar a crise local e mediar a transição política, a comunidade internacional mobilizou-se para a articulação de mecanismos interventores no Haiti. Através da adoção da resolução 1529 sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança da instituição autorizou o envio de uma Força Multinacional Interina para preparar as condições neces-



sárias para a mobilização de uma missão de paz.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas através da resolução 1542, em 30/04/04. A missão sucedeu a Força Multinacional de Intervenção. Entre os objetivos principais da MINUSTAH, destacam-se: a manutenção da segurança; a assistência ao processo político constitucional; a supervisão da aplicação dos dispositivos de Direitos Humanos. Ao todo, o mandato inicial da missão previu a mobilização de 6.700 militares e 1.622 policiais civis para o cumprimento dos objetivos da operação.

A participação brasileira foi considerada após o convite do Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e o presi-

dente francês, Jacques Chirac, ao presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente brasileiro afirmou que a participação brasileira na missão seria uma honra. No início das negociações, o Brasil disponibilizou 1.100 militares para a operação no Haiti.

Contudo, a participação de militares brasileiros em operações no exterior depende de aprovação parlamentar. O presidente Silva submeteu uma proposta ao Congresso para a mobilização de 1.200 militares para a MINUSTAH. A proposta requisitou um orçamento de R\$ 140 milhões para um período inicial de seis meses. O engajamento brasileiro foi aprovado no Senado Federal no dia 19/05/04 por placar de 38 votos favoráveis e 10 votos contrários. O efetivo foi definido



em 970 militares do Exército e 230 fuzileiros navais. O governo brasileiro argumentou que a participação na operação de paz contribuiria para a projeção internacional do país. Convém ressaltar que o governo brasileiro considerou que o engajamento no Haiti contribuiria para a ambição de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As Forças Armadas brasileiras enviaram um contingente precursor composto por 42 militares, com o objetivo de preparar a chegada das tropas. Destaca-se que a mobilização de recursos para o envio do efetivo brasileiro sofreu com atrasos, dificultando a

transição entre a Força Multinacional de Intervenção e a MINUSTAH, prevista inicialmente para o dia 01/06/04. O general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira assumiu o comando da missão no dia 25/06/04, contando com efetivo reduzido.

O mandato da missão foi encerrado definitivamente em 15/10/2017, como previsto pela resolução 2350 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo sucedida pela Missão das Nações Unidas para o Suporte à Justiça no Haiti (MINUSTH). Ao longo dos 13 anos de operação, a MINUSTAH deparou-se com obstáculos sig-

nificativos à execução de seus principais objetivos. Há de se destacar a participação do componente militar da missão na realização de eleições democráticas e em esforços humanitários após catástrofes naturais. Convém, então, observar em perspectivas das dificuldades experimentadas pela missão em suas atividades no Haiti.



ELEIÇÕES - HAITI

Por Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira



Durante o período em que o Brasil liderou a Missão das Nações Unidas para a Estabiliza-

ção no Haiti (MINUSTAH), foram realizadas três eleições gerais. Em todos os pleitos houve irregularidades e manifestações que tornaram necessário a intervenção das Forças Armadas para assegurar a segurança e ordem. Antes da realização efetiva das três eleições, houveram adiamentos que geraram manifestações e incertezas quanto à concretização do pleito.

No ano de 2004, ao desempenhar um papel de mediador, o representante especial da Secretaria Geral e Chefe do Escritório da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Haiti, Ricardo Seitenfus, destacou a

importância da atuação internacional nas eleições haitianas. Onde, através de um “pacto de garantias democráticas” entre as facções políticas, haveria a retirada das Forças Armadas na missão de paz ao fim das eleições marcadas para 2005. Para Seitenfus, o resultado desse pleito deveria ter o aval do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira eleição, no entanto, ocorreu efetivamente em 2006, após três adiamentos que causaram manifestações e aumentaram a incerteza de sua realização. O pleito, inicialmente marcado para ocorrer em outubro de 2005, foi afeta-

do pelas incertezas na segurança pública e na missão de paz. Segundo o então ministro brasileiro de Relações Exteriores, Celso Amorim, o processo eleitoral de 2005 estava afetado pela falta de contingente militar, o que justificou o pedido de autorização do envio de mais tropas ao Haiti. No mesmo ano, o chefe das missões de paz e sub-secretário-geral da ONU para Operações de Paz na época, Jean-Marie Guéhenno, alertou para a falta de treinamento em conflitos urbanos das tropas da MINUSTAH e seu impacto na manutenção da segurança das eleições gerais. Depois da realização do pleito, o comandante brasileiro da Força Militar da MINUSTAH durante o período, general José Elito Carvalho Siqueira, considerou o desempenho da Força de Paz durante as eleições ocorridas no dia 07/02/2006 satisfatório. De acordo com Siqueira, não houve qualquer tiroteio entre as tropas da operação de paz e a população do Haiti. Ademais, segundo o chefe de comunicação e imprensa, tenente-coronel Cunha Matos, não houve qualquer irregularidade nos 88 postos de votação sob responsabilidade dos militares na capital do Haiti, Porto Príncipe.

Entretanto, após a denúncia de irregularidades e manipulação da eleição, a MINUSTAH reforçou o policiamento no local onde foram noticiados os resultados parciais das eleições gerais,



devido a manifestações na região. A denúncia foi feita por dois dos nove membros do Conselho Eleitoral Provisório do Haiti, indicando a necessidade de um segundo turno e evitando, desta forma, o anúncio da vitória de René Preval, candidato do partido Esperança.

Após indícios de manipulação nas eleições do ano de 2006, houve um aumento na violência, resultando no pedido do ministro das Relações Exteriores na época, Celso Amorim, para que o Conselho de Segurança discutisse a situação pós-eleições no Haiti.

O Conselho Eleitoral Provisório (CEP) do Haiti acatou a sugestão do Brasil para recontagem de votos em branco. Desta forma, foi proposto pela missão eleitoral da ONU um modelo belga, on-

de os votos brancos são divididos entre os candidatos das eleições gerais. Foi essa decisão que tornou possível a vitória de René Preval, oficializada durante anúncio no dia 16/02/2006. A comunidade internacional, juntamente com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, negou a possibilidade levantada pelo assessor para assuntos internacionais da Presidência da República do Brasil, Marco Aurélio Garcia, de influência brasileiras nas eleições haitianas. Após a oficialização, o novo presidente eleito do Haiti, René Preval, defendeu a permanência dos militares da MINUSTAH após sua posse. Segundo Preval, o papel da missão de paz deve ser reavaliado para atender à nova realidade haitiana.

A segunda eleição ocorre no ano de 2011, após sofrer adiamentos desde 2010. Durante o ano de 2011, o comando da MINUSTAH intensificou as operações de manutenção da ordem no Haiti, de modo a garantir ordem e segurança durante o segundo turno da eleição presidencial. Conforme os periódicos na época, o primeiro turno das eleições foi mais tumultuado do que o segundo, aquele contendo fraudes e violações, e este marcado pela ausência do registro de alguns eleitores e atrasos para o início da sessão. Foi

direcionado para o norte do país parte do contingente da missão, devido a conflitos entre grupos partidários. O governo estadunidense solicitou à MINUSTAH e ao Brasil que Jean Bertrand Aristide, ex-presidente do Haiti, retornasse após o segundo turno das eleições. Entretanto, Aristide voltou ao país no dia 18/03/11, dois dias antes da votação, fato que gerou grande tensão.

Um ano após o pleito, o comandante militar da MINUSTAH, general Luiz Eduardo Ramos, se posicionou contra a utilização de armamentos pesados no Haiti e ressaltando a possibilidade de transição do controle do país para as instituições haitianas, afirmando, como justificativa, a falta de imprevistos durante o pleito de 2011. Essa visão foi prorrogada no ano de 2013, quando o então ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que a MINUSTAH, liderada pelo Brasil, não constituiria “nenhuma guarda pretoriana de nenhum presidente haitiano”, ressaltando que a retirada das tropas seria feita de forma gradual, em sequência às próximas eleições.

Dois anos após a declaração do ministro brasileiro, um impasse político na espera pelas eleições de 2015 levantou dúvidas em diplomatas da Argentina, Chile, Equador e Honduras, quanto à medida do Conselho de Segurança de reduzir o efetivo no Haiti. Durante esse mesmo ano, houve uma preocupação dos militares brasileiros relativa à possibilidade do aumento da violência decorrente das eleições e da decisão do Conselho de Segurança

de reduzir o efetivo. Durante o ano de 2015, apenas o primeiro turno foi realizado, o segundo turno foi adiado para 2016. Sobre o assunto, o comandante das forças de paz da ONU no Haiti, general Ajax Porto Pinheiro, descartou a influência do ocorrido na incerteza política presente no país naquele ano.

Segundo Pinheiro, o avanço conseguido pela missão após o terremoto em 2010 poderia ser afetado pela saída do presidente Michel Martelly,

“A MINUSTAH, liderada pelo Brasil, não constituiria nenhuma guarda pretoriana de nenhum presidente haitiano” afirmou Celso Amorim.

to. O candidato de oposição, Jude Célestin, alegou fraude no primeiro turno das eleições (ocorridas em outubro de 2015), causando violentos protestos. Diante deste cenário, Pinheiro optou por reforços e colocou em alerta os militares no Haiti. Para Amorim, a tentativa de lidar com os problemas no Haiti muito depressa, a missão de paz não percebeu os problemas que geraram um impasse político, que, por sua vez, impactou a viabilização do segundo turno.

No dia 14/05/16 manifestações tomaram conta da ca-

pital de Porto Príncipe na véspera de posse do novo presidente. O cenário haitiano se tornou ainda mais instável depois do impacto do furacão Matthew, que novamente levou ao adiamento do segundo turno das eleições. O Segundo turno, marcado para o mês abril de 2016, não se realizou, e foi postergado para outubro, o que, devido à instabilidade política, justificou a prorrogação para a retirada das tropas para o ano de 2017. Após os empecilhos à realização, o segundo turno ocorreu em 20/11/16 sem incidentes e contou com 80% do efetivo da MINUSTAH.

OS OBSTÁCULOS À RECONSTRUÇÃO DO HAITI PELAS FORÇAS DE PAZ BRASILEIRAS

Por Bruna Carolina da Silva Souto e Sophia Teixeira e Souza



Logo em 2004, primeiro ano da missão, três obstáculos ao que se almejava da MINUSTAH já eram apontados pelo alto escalão brasileiro. O primeiro, o contingente insuficiente de tropas e a necessidade da extensão da missão por mais tempo; o seguinte, os pedidos por aumento do investimento das potências do Conselho de Segurança para melhoria da economia haitiana; por fim, a violência urbana que colocou as tropas em questionamento sobre a natureza e as diretrizes da missão. Naquele ano, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, clamava por auxílio internacional não somente em relação ao envio das tropas, mas

também apoio financeiro para a realização das obras de infraestrutura, pois eram elaborados projetos para a construção de estradas, fornecimento de energia elétrica e coleta de lixo. O Ministério das Relações Exteriores informou a disponibilidade de aproximadamente US\$ 100 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A intenção do corpo diplomático brasileiro, ao pressionar sobretudo os Estados Unidos e França, era fazer com que a participação do país se constituísse como mais do que uma operação de emergência.

Em 2005, destacam-se

os pedidos para extensão da permanência das tropas perante o Conselho de Segurança, os quais eram respondidos com prorrogações mínimas, de pouco mais de 20 dias. O comandante da missão à época, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, afirmava a impossibilidade de garantir a segurança no Haiti caso não se tomassem medidas efetivas contra a instabilidade social e econômica, cobrando ajuda internacional para vencer a pobreza do povo haitiano. A Europa, entretanto, recusou o aumento do financiamento, o que levou o chanceler Celso Amorim a alertar sobre o cum-

primento dos compromissos da comunidade internacional. Tendo em vista as atividades de reconstrução infraestrutural, o governo brasileiro enviou equipe com 150 engenheiros do Exército.

Em março de 2007, em visita aos Estados Unidos, Amorim pediu à secretária de Estado estadunidense, Condoleezza Rice, maior envolvimento de seu país no processo de reconstrução do Haiti. Segundo o ex-chanceler, a situação da segurança estaria resolvido, sendo agora o momento para garantir melhor qualidade de vida à população com a continuidade dos investimentos em infraestrutura, geração de empregos e desenvolvimento; assim, a pacificação estaria assentada. Para o governo brasileiro, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente os envolvidos nas forças de paz, deveriam voltar-se para o desenvolvimento de forma a garantir a estabilidade local.

No mesmo ano, um relatório elaborado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criticou contundentemente a missão, caracterizando-a como militar e sem caráter humanitário, dada a ausência de construção de escolas, hospitais ou desenvolvimento de outras ações sócio-econômicas urgentes à população haitiana até aquele momento. À ocasião, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que os argumentos do relatório demonstravam “absoluto desconhecimento sobre o assunto [...] um voluntarismo típico da necessidade de fazer oposição”. O coronel

Thomás Miguel Paiva, subcomandante do batalhão brasileiro na MINUSTAH, por sua vez, afirmou que o objetivo das tropas era justamente garantir a segurança de modo a possibilitar a ação humanitária no país. Os militares brasileiros haviam solicitado o aumento do efetivo de 1.200 homens para asfaltar ruas, reformar prédios e perfurar poços artesianos para abastecer a população civil e as tropas internacionais. Até então, o Brasil havia gastado cerca de R\$ 431 mi no Haiti para compra de uniformes, armamento e equipamentos militares, pagamento dos salários e obras de engenharia feitas pelo Exército. A justificativa para o aumento do efetivo foi que, em seu primeiro momento, a missão foi dedicada ao combate das gangues armadas que desestabilizavam o país.

No ano de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demarcou uma nova etapa no auxílio ao país, na qual constar-se-ia o financiamento a

projetos de reconstrução e a permanência das tropas até quando a ONU considerasse necessário.

Após o terremoto de 12/01/2010, o Brasil defendeu na ONU que o status da MINUSTAH fosse alterado de “imposição da paz” para “reconstrução”, com o intuito de combinar as medidas de segurança com as atividades estruturais. Apesar de a proposta ter sido rejeitada pelo representante da organização no Haiti, a missão passou a ter uma preocupação maior com a reconstrução, aumentando suas atividades nos setores de infraestrutura e saúde.

O Brasil defendeu na ONU que o status da MINUSTAH fosse alterado de “imposição da paz” para “reconstrução”, com o intuito de combinar as medidas de segurança com as atividades estruturais.



Algumas ações realizadas pelos militares tiveram expressivos impactos no país, como obras e organização dos serviços públicos, assim como a resolução do governo haitiano de financiamento, para que crianças de baixa renda pudessem ter acesso à escola.

Mesmo não sendo mais a prioridade, a ONU decidiu que as tropas não retirar-se-iam do país antes que a polícia estivesse capacitada para garantir a segurança urbana. Para isso pretendia-se treinar 1,2 mil homens anualmente para que, ao final da missão, a Polícia Nacional Haitiana contasse com pelo menos 15 mil homens.

O presidente eleito em 2011, Michel Martelly, também acreditava que a segurança era uma responsabilidade interna, tendo uma de suas propostas sido a reorganização das Forças Armadas, extintas desde 1995. Para reconstruir o Exército, Martelly solicitou apoio aos países vizinhos



Em 2012 houveram encontros entre o então presidente haitiano, o ex-ministro da Defesa, Celso Amorim, e também com a ex-presidenta Dilma Rousseff, a qual considerava a reconstrução das Forças Armadas prerrogativa interna. Martelly, contudo, logrou formular um acordo que previa a ajuda do Brasil para o desenvolvimento de uma “engenharia militar”, com o objetivo de

capacitar o país para enfrentar catástrofes naturais.

Em junho de 2017, o último batalhão foi enviado ao Haiti, para realizar a transferência do controle da segurança para as autoridades locais e o componente da Missão das Nações Unidas de Suporte à Justiça no Haiti (MINUSJUSTH).

OCUPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS FAVELAS DO HAITI E NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Por Natália Rodrigues Germano

O primeiro relato sobre desavenças entre haitianos e tropas brasileiras remete a outubro de 2004, quarto mês de participação das Forças Armadas brasileiras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Militares brasileiros atuavam em conjunto com policiais

haitianos na apreensão de armamento na favela de Bel-Air, na capital Porto Príncipe, quando se envolveram num tiroteio. O comandante da missão à época, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, afirmou que “praticamente todos os dias há incidentes envolvendo tiroteios ou disparos para o

ar e operações como essas são desenvolvidas com frequência”.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou que “apesar dos riscos corridos, o sucesso da missão é questão de honra, já que hoje, é o ponto mais alto da Política Externa brasileira.



Em março de 2006, menos de dois anos após a declaração do general Pereira, afirmando que operações realizadas em favelas haitianas eram desenvolvidas com frequência, o Exército brasileiro foi empregado na recuperação de uma pistola 9 mm e dez fuzis FAL 7.62, roubados do quartel do Estabelecimento Central de Transportes (ECT), em operação que ocorreu em favelas da cidade do Rio de Janeiro, com a utilização de 150 homens que já haviam trabalhado na MINUSTAH, o que fez com que os jornais os classificassem como “treinados para situações de conflito semelhantes aos que ocorrem nas favelas cariocas.”

Entretanto, Bel-Air não foi o caso determinante para o emprego das Forças Armadas em favelas cariocas. Em maio do mesmo ano, as tropas brasileiras preparavam-se para iniciar uma operação de segurança da favela de Cité Soleil, principal foco de violência em Porto Príncipe.

A ocupação iniciou-se sob pesados tiroteios, visto que Cité Soleil era o último reduto dos

rebeldes partidários do ex-presidente Jean Aristide. O líder rebelde haitiano, comandante Evans, se encontrou com o comandante do Batalhão Haiti, coronel Luiz Santiago, no dia seguinte à primeira noite de ocupação da favela para negociar um cessar-fogo com as forças militares brasileiras, recebendo uma proposta na qual os rebeldes participariam de um programa das Nações Unidas de desarmamento e de reinserção na sociedade, em troca da garantia de que a companhia brasileira fizesse melhorias na comunidade, como asfaltamento de ruas e perfuração de poços artesianos.

Apesar do consentimento, a violência em Cité Soleil perpetuou-se, visto que teve início uma disputa territorial entre essa favela e a vizinha, Cité Militaire, também sob responsabilidade do Exército Brasileiro, envolvendo três gangues. Acusou-se também ações violentas por parte das tropas brasileiras, apesar da

discordância acerca do estopim: em outubro de 2006, o Centro de Comunicação Social do Exército (CCSEx) afirmou, em nota, que os militares brasileiros realizavam trabalhos de engenharia na favela, como a remoção de muros baixos para facilitar o acesso de veículos, quando foram surpreendidos por disparos de manifestantes que acabaram ferindo um dos nacionais, que, em seguida, revidaram a agressão. Por outro lado, agências internacionais assinalaram que o embate se dera como protesto dos moradores contra a derrubada de casas por parte do destacamento brasileiro que resultou na morte de pelo menos três haitianos. O Exército, em nota, salientou que nenhuma casa havia sido afetada na operação, mas reconheceu a possibilidade da ocorrência de vítimas durante o confronto.

No mês de fevereiro de 2007, os capacetes azuis da Organização das Nações Unidas (ONU) tomaram, sem violência alguma, Bois Neuf, região de Cité Soleil que concentrava gangues criminosas da capital haitiana. No local, haveria a instalação de um posto avançado do batalhão, a fim de impedir o retorno de gangues. Na semana seguinte à operação de pacificação de Cité Soleil, o jornalista Carlos Heitor Cony afirmou em coluna opinativa que, se as Forças Armadas podem policiar cidades, ruas e favelas do Haiti, elas poderiam também

fazer o mesmo no Brasil. De acordo com Cony, tal operação teria a finalidade de policiar regiões em conflito e estágio de guerra civil, assim, comparando-o à onda de violência no Brasil e na incapacidade do Estado de normalizar a situação. Porém, em abril de 2007, as Forças Armadas recusaram o pedido de auxílio na Segurança Pública do Rio de Janeiro, afirmando que sua atuação no estado dependia de duas medidas: uma “diretriz presidencial”, com a determinação de quanto tempo, que missão exerceriam e quais seriam os comandantes das operações, além de uma ordem que confere aos militares o “poder de polícia”, o que poderia ser feito por meio de uma Medida Provisória, que precisaria ser transformada em lei.

Em maio do mesmo ano, veiculou-se a possibilidade em empregar operações similares às atividades de pacificação desenvolvidas em Cité Soleil. A estratégia elaborada pelos militares, e aplicada no Haiti, compreendeu a realização de operações integradas de órgãos de segurança e a ocupação simultânea de redutos de gangues, aliadas a programas sociais que visavam ganhar a simpatia e confiança da comunidade. O coronel Cláudio Barroso Filho, comandante da MINUSTAH, afirmou que a ação poderia ser aplicada no Rio de Janeiro com sucesso. A pacificação da favela de Cité Soleil, que possui 300 mil habitantes, foi consolidada numa operação de 10 horas, ocorrida em 09/02/07.

As vias de acesso à favela foram fechadas, a população deixou suas casas e passou por um processo de triagem. Suspeitos foram separados com a ajuda de um arquivo com fotografias e dados dos principais criminosos do país. As casas também foram revistas em busca de criminosos e armas.

Para Barroso, “o que seria necessário no Rio é a integração das Forças Armadas com órgãos de segurança na condução de operações policiais e militares, com a participação e comprometimento de

Para Barroso, “o que seria necessário no Rio é a integração das Forças Armadas com órgãos de segurança na condução de operações policiais e militares, com a participação e comprometimento de diferentes setores da sociedade, governamentais ou não”.

diferentes setores da sociedade, governamentais ou não”. Barroso advertiu, no entanto, que a intervenção das Forças Armadas deve se iniciar a partir do momento em que o estado se declarar incapaz de conter a onda de violência.

Em junho, o debate sobre a utilização das Forças Armadas na segurança pública no Rio de Janeiro retornou aos jornais: para o secretário estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, seria equivocada a utilização de tropas das Forças Armadas diretamente nas favelas cariocas; ao contrário, os militares deveriam atuar em vias expressas, onde criminosos costumam fazer bloqueios, e em áreas próximas de quartéis. No caso específico da ocupação pela polícia do Complexo de favelas do Alemão, o diretor de Estudos de Segurança do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ronaldo Leão, defendeu o apoio operacional a



ser prestado pelas Forças Armadas, porém somente na retaguarda. Por sua vez, alguns oficiais do Exército disseram que uma ação militar como a feita pelo Brasil no Haiti, que consistia em entrar, ocupar o território e permanecer nele, funcionaria em favelas do Rio de Janeiro. Merval Pereira, colunista do jornal *O Globo*, opinou que há várias questões a serem superadas na discussão a respeito do emprego dos militares no combate ao crime organizado nas metrópoles brasileiras. Segundo Pereira, apesar do excelente trabalho realizado pelas Forças Armadas no Haiti, uma importante questão deveria ser considerada: o poder de polícia que o Exército não possui legalmente. Pereira citou as palavras de Antonio Jorge Ramalho da Rocha, sociólogo da Universidade

de Brasília (UNB), que trabalhou no Haiti junto ao Ministério da Defesa, segundo o qual “as Forças Armadas brasileiras, em particular o Exército, não vieram ao Haiti com vistas a adquirir experiência a ser usada no Rio ou em outras partes do país. Nada obsta, claro, retirar dela ensinamentos úteis para as Forças Armadas brasileiras, principalmente na área de inteligência”. Apesar do debate, o chefe do Estado-Maior da Defesa, tenente-brigadeiro-do-ar Cleonilson Nicácio Silva, anunciou que o governo federal não mandaria tropas do Exército para atuar em ações contra o crime organizado no Rio de Janeiro e que a contribuição do governo federal se limitaria ao apoio logístico e à cessão de equipa-

mentos de tecnologia avançada, como redes de observação eletrônica e centros de comunicação e controle. Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que, conforme o artigo 15 da Lei Complementar 97, que regulamenta o emprego das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem, as Forças só poderiam ser acionadas após o esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública mencionados na Constituição. Em agosto, o Exército realizou uma simulação em uma favela na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, simulando a captura de Amaral Duclonas, um dos chefes de uma gangue haitiana. Os militares que participaram desse treinamento iriam para o Haiti no mês de Dezembro e



teriam como um dos objetivos capturar Duclonas. O treinamento teve como meta estabelecer a mesma situação que ocorre em regiões violentas da capital haitiana, configurando uma inversão do discurso até então presente na mídia, de que a ação no Haiti seria um treinamento para o posterior emprego das Forças nas favelas do Rio, demonstrando que, na verdade, acreditava-se que as situações eram concomitantes.

No dia 13 de dezembro de 2007, cerca de 200 integrantes do Exército, muitos dos quais participaram da MINUSTAH, ocuparam o Morro da Providência, favela do Rio de Janeiro, com a justificativa de implantar projetos sociais no local, como a reforma de fachadas e telhados de moradias, além de obras em creches e escolas. Não houve confronto ou troca de tiros entre os militares e traficantes, ao contrário do que ocorrera em março de 2006, quando os militares ocuparam o morro para recuperar dez fuzis roubados de um quartel. Na avaliação do diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ronaldo Leão, a ocupação do morro foi idêntica ao trabalho dos militares brasileiros na missão da ONU, apesar da topografia da favela do Rio de Janeiro ser diferente do cenário haitiano. Somente seis meses depois, em junho de 2008, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou à imprensa que estava trabalhando na preparação de um estatuto jurídico para regulamentar a atuação das Forças Armadas em conflitos nas cidades



brasileiras, a fim de evitar situações semelhantes às ocorridas no ano de 1994, quando o Exército entrou nos morros do Rio de Janeiro e alguns soldados que participaram das operações foram posteriormente acusados na Justiça comum de cometer atos criminosos.

Em 2010, o Exército brasileiro iniciou a missão de ocupação do Complexo do Alemão, conjunto de favelas na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, em uma operação conjunta com policiais, que também contou com o apoio de membros da Marinha e da Aeronáutica, cujo objetivo era combater a violência decorrente do tráfico. Segundo José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio de Janeiro à época, as operações exigiam que os militares estivessem sempre acompanhados por ao menos um policial civil, militar ou federal, pois apenas estes possuem o poder de polícia judiciária. Cinco dos traficantes procurados na operação do Complexo do Alemão eram

ex-militares, os quais foram acusados de usar táticas de guerrilha para preparar a “tropa do tráfico”.

Em 2014, em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, empregou-se contingentes das Forças Armadas para atividades de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. A decisão pelo emprego das Forças Armadas foi tomada a partir de avaliações positivas em relação a ocupação das comunidades da capital fluminense. Assim, o modelo de parceria entre Exército e polícia poderia nortear a política de segurança pública do mandato da presidenta Dilma Rousseff. Os membros do Exército possuíam prerrogativa para revistar residências, prender e perseguir suspeitos e atuar diretamente em confrontos; sendo esta a primeira vez que esta Força atuou com poder de polícia, após a redemocratização do país, em 1985. O plano era estender a participação do Exército no interior

do complexo do Alemão, numa segunda etapa da ocupação do conjunto de favelas. Desta forma, as tropas deixariam de atuar apenas no entorno da comunidade, passando a acessar seu interior, com o objetivo auxiliar na instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em operações semelhantes às ações de pacificação empregadas pelas tropas brasileiras na favela de Cité Soleil, no Haiti, durante os anos

de 2006 e 2007.

Nos anos seguintes, foi recorrente o debate acerca da utilização das Forças Armadas na ocupação e pacificação das avelas cariocas, além de divergências sobre sua eficácia. Mesmo com opiniões contrárias, as ações foram mantidas e expandidas, com militares presentes não só no Complexo do Alemão, mas também na Rocinha, no Pavão-Pavãozi-

nho, no complexo da Maré, entre outros, sempre com os argumentos respaldados na atuação brasileira na pacificação de Cité Soleil no Haiti.



O EMPECILHO GERADO PELAS CATÁSTROFES NATURAIS

Por Guilherme Coscrato Rasquini e Solano Pereira d'Oliveira



Durante o período compreendido entre 2004 e 2017, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) enfrentou uma ampla gama de catástrofes naturais que atingiram não somente os agentes militares da própria missão, como também os habitantes haitianos.

Inseridas nesse cenário, as catástrofes naturais possuem um papel relativamente importante, pois, ao ocorrerem, alteram de forma significativa o curso da missão. Faz-se necessário, portanto, discursar sobre os principais eventos naturais que possuíram essa

força durante a vigência da Minustah, destacando-se três: a tempestade tropical Jeanne em 2004, um terremoto em 2010 e o furacão Matthew no ano de 2016.

Entre os dias 18 e 19 de Setembro de 2004, o Haiti foi atingido por uma tempestade tropical batizada de Jeanne, e a região de Gonaïves foi a mais afetada, enquanto as cidades de

Porto Príncipe e Hinche foram focos secundários. Nestes dois municípios não houve fatalidades, no entanto, eram regiões que comportavam o principal contingente militar brasileiro da época, o que começa a delinear a relação deste evento com o tema deste

escrito. Ainda assim, essa relação fica melhor esclarecida ao analisar a região de Goinaves especificamente, pois nela houveram mais de 600 mortes confirmadas de cidadãos haitianos, por conta dos danos causados por Jeanne. Frente a essa situação, 30 militares brasileiros foram enviados para auxiliar a tropa argentina presente na região com os projetos de assistência humanitária,

As decisões e determinações militares passaram a dispor de menor contingente e a preocuparem-se com entrega de suprimentos através da Força Aérea Brasileira

embora a atuação brasileira estivesse, inicialmente, planejada para ocorrer somente na capital Porto Príncipe.

O intuito de continuar com a manutenção de paz enquanto disponibilizavam-se auxílios às vítimas da catástrofe alterou perceptivelmente o rumo das decisões e determinações militares, que passaram a dispor de menor contingente na Capital e a preocupar-se com a entrega de suprimentos através da Força Aérea Brasileira (FAB), mesmo esta passando por dificuldades financeiras na época.

O segundo grande evento de destaque foi o terremoto que assolou o território haitiano no dia 12 de janeiro de 2010, cujo epicentro se localizava próximo à capital do país e, consequente-



próximo ao local de maior concentração de tropas militares brasileiras. Nessa ocasião, 18 militares brasileiros morreram, diversos outros voltaram ao Brasil, fazendo-se necessário o envio de 900 novos militares ao país. A incapacidade brasileira de responder de maneira adequada à situação também levou a uma maior força de vontade aos opositores da intervenção da Minustah e, embora a maior parte da população haitiana ainda fosse favorável à estadia dos militares, tal fato fez com que os organizadores utilizassem-se do discurso para justificar a manutenção da missão no país.

Por fim, o furacão Matthew configura o terceiro evento catastrófico a atingir o Haiti e consequentemente a Minustah no período de 2004 a 2017. A tempestade Matthew passou pelo país no ano de 2016, ao final de Setembro, e deixou por volta de 1,4 milhão de haitianos em necessidade de assistência humanitária. Sendo

assim, militares brasileiros novamente precisaram ser deslocados da capital para outras áreas do país, que passaram a ser mais necessitadas, a fim de controlar confrontos sociais e auxiliar as vítimas. Em decorrência do desastre, houve a necessidade de levar suprimentos (alimentos, medicamentos, barracas para moradia), prestar outras assistências às pessoas em si, reabrir estradas que ficaram barradas com a destruição e escoltar comboios de outros órgãos humanitários que chegaram na região.



ADVERSIDADES ENFRENTADAS PELAS FORÇAS ARMADAS NA MINUSTAH

Por Stephanie Loli Silva e Matheus Bittencourt de Amorim



A ação da MINUSTAH nos 13 anos em que esteve presente no Haiti não foi constituída exclusivamente por planejamento operacional e militar, sendo assim, as ações das tropas que compuseram o front foram atingidas direta e indiretamente por algumas adversidades que sobrevieram sob a missão. Esses fatos em algum grau, revelaram traços das operações que, a grosso

modo, não são amplamente divulgados ou vistos. Convém, portanto, atentar aos problemas enfrentados por soldados, tropas e até mesmo a população local no período de 2004 a 2017.

Dado o início da missão no ano de 2004, as tropas brasileiras se preparavam para a chegada no Haiti contando, com alguns obstáculos. A

primeira barreira a se transpor foi corte progressivo nas receitas das Forças Armadas, esse valor que deixava de ser arrecadado acarretava dificuldades orçamentárias que afetaram o pagamento de bônus recebido por militares quando atuam em missões no exterior. Para além das questões financeiras, antes mesmo do início da missão a Marinha e a Força Área já se deparavam com a insuficiência de peças e suprimentos a serem utilizados para a execução da campanha.

Nos primeiros meses da ação militar, os relatos já mostravam que as tropas brasileiras em seus primeiros efetivos encontravam situações precárias de moradia, os soldados brasileiros dormiam em barracas e ficavam expostos ao frio. Em entrevista em julho de 2004 o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira afirmou “a tropa está driblando esses problemas com iniciativa e criatividade”.

As adversidades que atingiam as tropas não se limitaram a falta de estrutura de alojamento, mesmo com ares de uma ação pouco belicista e violenta, os perigos rondavam as tropas. Relatórios emitidos pelo Itamaraty em outubro de 2004 mostraram que os efetivos brasileiros corriam riscos com a aproximação da eleição e ainda que soldados brasileiros eram alvos preferen-

ciais de rebeldes. Além da violência, doenças atingiram aqueles que compuseram as tropas: em novembro de 2004 um soldado contraiu malária durante o tempo de serviço no Haiti. Segundo o militar, não houve nenhum suporte financeiro e médico por parte do Estado. Outro caso chamou a atenção, em 2007 no retorno de um pelotão, um soldado em exames após o tempo de serviço foi diagnosticado com HIV, o caso não foi amplamente divulgado, porém veio a conhecimento público.

Não foram raras as vezes durante os 13 anos de atuação que as tropas postas reclamaram da falta de estrutura e apoio, os problemas expostos no começo da missão se estenderam para além de 2004. Em 2005, o general-de-brigada Américo Salvador de Oliveira, da brigada brasileira de força de paz, afirmou que o primeiro ano da missão foi dificultado em grande medida pela burocracia da ONU e pelas promessas não cumpridas pela organização. Em razão de questões burocráticas, o quartel da operação militar mudou três vezes em seis meses, fato esse que atrapalhou a execução de um planejamento logístico efetivo.

Dentre as promessas não cumpridas pela Organização das Nações Unidas (ONU) estão a ausência de alojamentos de alvenaria para as tropas e o atraso das obras de reconstrução civil e ação social. A não evolução do processo de reconstrução da infraestrutura do país fez com que o Exército enviasse ao Haiti uma tropa maior de engenheiros do que soldados



de infantaria em maio de 2005.

O sismo catastrófico que devastou o Haiti em janeiro de 2010 levou à óbito 18 militares brasileiros que atuavam na missão de paz. Um decreto do então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, garantiu a indenização às famílias dos oficiais mortos. No mesmo ano, uma epidemia de

cólera exigiu cuidados especiais para a prevenção dos oficiais em atividade.

No ano de 2011, o ministro da Defesa, Celso Amorim, defendeu a retirada das tropas no Haiti, argumentando que os custos da operação ultrapassavam a estimativa de um bilhão de reais, incluindo, dentre outras, despesas com infraestrutura, deslocamentos e capacitação. Parte desse valor deveria ser ressarcido ao Brasil através da ONU, contudo, o percentual compensatório enviado pela instituição nos primeiros seis anos da missão limitou-se a 16,5% dos gastos totais, sendo este valor considerado demasiado baixo pelas Forças Armadas. Em 2012, o valor ressarcido ao Brasil atingiu os 26%, mas as autoridades políticas se queixavam sobre o

Dentre as promessas não cumpridas pela Organização das Nações Unidas (ONU) estão a ausência de alojamentos de alvenaria para as tropas e o atraso das obras de reconstrução civil e ação social.



prolongamento da missão e os elevados gastos aos cofres públicos, visto que o MINUSTAH, inicialmente, teria duração de seis meses e estimava-se R\$ 150 milhões em gastos, valor muito abaixo dos R\$ 1,97 bilhões despendidos até 2012. Ademais dos gastos salariais, até dezembro de 2012 o governo brasileiro já havia gasto R\$ 689 milhões em adicionais para os militares, que consiste em uma indenização prevista em lei revertida em remuneração mensal extra, paga em dólares aos militares que atuaram na missão.

A meta divulgada pela ONU, em 2013, para a retirada da MINUSTAH foi fixada no ano de 2016, contudo, uma das principais preocupações das Forças Armadas brasileiras residia na conjuntura da segurança pública

no Haiti após a retirada, visto que, primeiramente, seria necessário que o contingente policial haitiano estivesse apto a garantir a segurança nacional, o que ainda é incerto.



Retrospectiva da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)

Créditos

Textos:

Bruna Carolina da Silva Souto: Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Membro em treinamento do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Gabriela Fideles Silva: Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redatora do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Guilherme Coscrato Rasquini: Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redator do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira: Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redator do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Leonardo Dias de Paula: Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redator do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Matheus Bittencourt de Amorim: Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redatora do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Natália Rodrigues Germano: Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redatora do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Solano Pereira d’Oliveira: Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Membro em treinamento do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Sophia Teixeira e Souza: Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redatora do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Stephanie Loli Silva: Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redatora do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.

Supervisão:

Juliana de Paula Bigatão: Doutora pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Supervisora final do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas;

Laura Meneghim Donadelli: Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Supervisora final do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.

Edição e diagramação:

Amanda Simon: Graduada em Publicidade e Propaganda pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC), campus de Sorocaba-SP;

Natália Rodrigues Germano: Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca-SP. Redatora do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.

Referências

Textos:

A missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti: uma alternativa para a crise?:

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS. **Informe Brasil n. 114/2004.** Março, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/d13e453db3695be0a15be4fd03a195f4.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 122/2004.** Maio, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/7dafb1f37a401eb6bca866abece2b0e4.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 124/2004.** Maio, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/51b0abdb29f33108a12815adef5e7e12.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 125/2004.** Maio, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/10a8ad6329abc9ea650dce2e3238326c.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 129/2004.** Junho, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/ffe1d567f1564adde83700fcfe46be94.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 130/2004.** Julho, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/b7e1fd0752cc5acbc76c9befd89878e3.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 131/2004.** Julho, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/0781e1902b8f74372ba88733aac5023e.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 131/2004.** Julho, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/0781e1902b8f74372ba88733aac5023e.pdf>>.

“Eleições”:

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS. **Informe Brasil n. 151/2004,** junho, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/9ed54078a0b72e4c90387f1d5a4b7740.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 158/2005,** março, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/ca61039b384c917d2103a26ca461d4b1.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 159/2005,** agosto, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/80d64370fad7f6032127bdaa1b8a2bcc.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 165/2005,** setembro, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/6a2a6ed4fbaf0162759923870199c8ef.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 173/2005,** setembro, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/573b912a7a340854d9c67f5b1a4c6cdd.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 181/2005,** outubro, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/a5c23a274e64e8541a5bdfe62702eb63.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 187/2005,** outubro, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/cc417a39136c0686d94dd14ab52ff7e7.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 195/2005,** novembro, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/1cfa88e70c2025ca269397990ad0d48d.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 198/2006,** abril, 2006. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/e71967758113d84adeaaa69eee50a42e.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 202/2006**, julho, 2006. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/8e11aea4099851d88885f8510d85b854.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 213/2006**, outubro, 2006. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/2b34effcefa820c88a18eddfb94292ec.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 287/2008**, abril, 2008. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/2e96644d9b4d65062bca2fd662376616.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 400/2010**, outubro, 2010. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/49ac89a2b9c5b819e5d9a117fc0aeb73.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 03/2011**, março, 2011. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/29f078853c9d9fd9a43b25c8e851f471.pdf>>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 15/2016**, maio, 2016. Disponível em: <http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/m4_u28_17052016-12-38-27.pdf>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 38/2016**, outubro, 2016. Disponível em: <http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/m4_u28_31102016-20-33-21.pdf>. Acesso em 15 de out. de 2017.

_____. **Informe Brasil n. 43/2016**, novembro, 2016. Disponível em: <http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/m4_u28_04122016-20-43-32.pdf>. Acesso em 15 de out. de 2017.

“Os obstáculos à reconstrução do Haiti pelas Forças de Paz brasileiras”:

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS. **Informe Brasil n. 146/2004**, outubro, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/45fabd7845d4b7b11f1b5a96e70885c6.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 171/2005**, junho, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/0ba81ae6b7b1e3832f332b45b8fb84c4.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 199/2006**, fevereiro, 2006. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/a0aa0346b7d8aa15ad32086f7d6865d0.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 200/2006**, março, 2006. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/9799fd7bc17d891f2a2356eba7415bcf.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 239/2007**, março, 2007. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/1ce8e67fcd9ab538a7aadba3b14261e3.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 241/2007**, março, 2007. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/711f8fa1feb0eab42edd211459307fcd.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 264/2007**, setembro, 2007. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/2288d73d7b000be1dcd26ca4d6426599.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 294/2008**, maio, 2008. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/52bb95f966f238de3811ad9e39a90040.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 362/2010**, fevereiro, 2010. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/8a03c8db62c56b4ffba5692b8273264c.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 365/2010**, fevereiro, 2010. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/8fb72a276b6eb34432475413afa65e7a.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 366/2010**, março, 2010. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/339941fc326ea9cdeea25d19d7376102.pdf>>.

“Ocupação do Exército brasileiro nas favelas do Haiti e na cidade do Rio de Janeiro”:

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS. **Informe Brasil n. 147/2004**, outubro, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/5c540f81e6bf5356ed0d03d939945ad5.pdf>>

_____. **Informe Brasil n. 201/2006**, março, 2006. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/7bce1f871c30ee669b4c060f52f94d72.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 230/2006**, outubro, 2006. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/b8e4c6ea0f450f030b9df0ef1c6a8b8f.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 238/2007**, março, 2007. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/19a4a09bea1f15a3eef32729e27ba9c3.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 247/2007**, maio, 2007. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/784dcd95ec5b2f013d196587318efd11.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 251/2007**, junho, 2007. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/47ea1283d694a49462f1b58d60310118.pdf>>.

“O empecilho gerado pelas catástrofes naturais”:

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS. **Informe Brasil n. 142/2004**, setembro, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/82b9c0db9def34a231ef3fa71049272a.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 143/2004**, setembro/outubro, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/10c584a4f31d2db8968383b409f300e9.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 362/2010**, janeiro/fevereiro, 2010. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/8a03c8db62c56b4ffba5692b8273264c.pdf>>.

_____. **Informe Brasil n. 37/2016**, outubro, 2016. Disponível em: <http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/m4_u28_17102016-21-33-25.pdf>.

“Adversidades enfrentadas pelas Forças Armadas na Minustah”:

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS. **Informe Brasil n. 124/2004**, maio, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/51b0abdb29f33108a12815adef5e7e12.pdf>>

_____. **Informe Brasil n. 132/2004**, julho, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/19773242ce1413b27509701d076a3cac.pdf>>

_____. **Informe Brasil n. 146/2004**, outubro, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/45fabd7845d4b7b11f1b5a96e70885c6.pdf>>

_____. **Informe Brasil n. 151/2004**, novembro, 2004. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/9ed54078a0b72e4c90387f1d5a4b7740.pdf>>

_____. **Informe Brasil n. 167/2005**, maio, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/55958381f5681dbb541779c787289e67.pdf>>

_____. **Informe Brasil n. 173/2005**, junho, 2005. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/573b912a7a340854d9c67f5b1a4c6cdd.pdf>>

_____. **Informe Brasil n. 257/2007**, julho, 2007. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/92352dacba80272edb2964afbf2b8709.pdf>>

_____. **Informe Brasil n. 348/2009**, setembro, 2009. Disponível em: <<http://unesp.br/gedes/produtos/arquivos/e8a130b7e24a7be6f1ad7231bb4fbe94.pdf>>

Imagens:

Pag. 01

Imagem 1: UN Photo/Logan Abassi. Brazilian Peacekeepers with the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) hold a ceremony to mark the termination of their operations and the beginning of their withdrawal from Haiti prior to the closing of MINUSTAH October 15, 2017.

Imagem 2: UN Photo/Audrey Goillo. Flag raising by MINUSTAH authority and the Hon. Jean Tolbert Alexis, President of the Lower Chamber. MINUSTAH peacekeepers and Haiti National Police commemorate International Peacekeepers day in Camp Charlie, Port-au-Prince. UN/MINUSTAH. Peacekeepers Day ceremony 2013.

Pag. 02

Imagem 1: UN Photo/Pasqual Gorriz. Major General Floriano Peixoto Vieira Neto (front, right), Force Commander of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), chats with Haitian President René Garcia Préval during an official visit from President of Brazil Luiz Inácio Lula da Silva (left). Port-au-Prince, Haiti. 25 February 2010.

Imagem 2: UN Photo/Logan Abassi. A Brazilian Peacekeeper from the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) provides security at a voting center in Cité Soleil, Port-au-Prince, during the second round of the senatorial elections in Haiti. Port-au-Prince, Haiti. 21 June 2009

Pag. 03

Imagem 1: Haiti Innovation. MINUSTAH at Baker Rally. Flickr. 4 de fevereiro de 2006.

Pag. 05

Imagem 1: UN Photo/Marco Dormino. Jordanian peacekeepers of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) paint a gate as they aid in the renovation of the National School. Port-au-Prince, Haiti. 10 October 2008.

Pag. 06

Imagem 1: UN Photo/Pasqual Gorriz. A Japanese brigade of military engineers with the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) level terrain in Port-au-Prince, Haiti, to make way for a non-governmental organizations (NGOs) cluster. Port-au-Prince, Haiti. 17 February 2010.

Pag. 07

Imagem 1: UN Photo/Pasqual Gorriz. A Japanese brigade of military engineers with the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) level terrain in Port-au-Prince, Haiti, to make way for a non-governmental organizations (NGOs) cluster. Port-au-Prince, Haiti. 17 February 2010.

Pag. 08

Imagem 1: UN Photo/Logan Abassi. Two Members of the Formed Police Unit of the Nigerian contingent of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) assist National Police officers to contain university student protesters. Port-au-Prince, Haiti. 12 June 2009.

Pag. 09

Imagem 1: UN Photo/Pasqual Gorriz. Brazilian peacekeepers with the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) are tasked with patrolling Cité Soleil, a notoriously dangerous slum on the outskirts of Port-au-Prince, Haiti. Since MINUSTAH penetrated the area in 2004 crime rates have dropped substantially. Cité Soleil, Haiti. 23 February 2010.

Pag. 10

Imagem 1: UN Photo/Pasqual Gorriz. Brazilian peacekeepers with the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) are tasked with patrolling Cité Soleil, a notoriously dangerous slum on the outskirts of Port-au-Prince, Haiti. Since MINUSTAH penetrated the area in 2004 crime rates have dropped substantially. Cité Soleil, Haiti. 23 February 2010.

Pag. 11

Imagem 1: UN Photo/Pasqual Gorriz. Brazilian peacekeepers with the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) are tasked with patrolling Cité Soleil, a notoriously dangerous slum on the outskirts of Port-au-Prince, Haiti. Since MINUSTAH penetrated the area in 2004 crime rates have dropped substantially. Cité Soleil, Haiti. 23 February 2010.

Pag. 12

Imagem 1: UN Photo/Marco Dormino. Members of the Jordanian battalion of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) carry children through flood waters after a rescue from an orphanage destroyed by hurricane "Ike". Port au Prince, Haiti. 07 September 2008.

Pag. 13

Imagem 1 : UN Photo/Marco Dormino. Members of the Jordanian battalion of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) carry children through flood waters after a rescue from an orphanage destroyed by hurricane "Ike". Port au Prince, Haiti. 07 September 2008.

Imagem 2: Cpl. Alicia R. Leaders. U.S. Marine Corps Forces, South. PORT-AU-PRINCE, HAITI 11.06.2010.

Pag. 14

Imagem 1: Haiti Innovation. Confusion and Frustration. Flickr. 7 de fevereiro de 2006.

Pag. 15

Imagem 1: Ansel Herz. Haiti. 17 de novembro de 2010.

Pag. 16

Imagem 1: UN Photo/Marco Dormino. Carlos Alberto Dos Santos Cruz (centre), Force Commander of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) and other military personnel of the United Nations peacekeeping mission, lead a rescue operation of the student survivors of the collapsed three-storey La Promesse College in a suburban shantytown, killing several people and injuring many more. Port-au-Prince, Haiti. 07 November 2008